Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e vinte, foi realizada na sede do Conselho Estadual de Saúde de Alagoas – CES/AL, a 82ª Reunião Extraordinária do CES/AL, em formato híbrido (virtual e presencial) virtude da pandemia do COVID-19. A reunião contou com a **participação presencial** dos **Conselheiros Titulares:** **José Francisco de Lima (**SEESSE**), Manoel Eduardo Oliveira** (FAMECAL) e **Cícero Vieira Sampaio (**Instituto Alvorada**). Conselheiros Titulares (FORMATO ONLINE):**, **Francisco Ricardo Correia Mata** (CUT), **Messias da Silva Mendonça** (GRUPO GAY), **Mauricio Sarmento da Silva (**SINDAS/AL), **Vera Lúcia Elias Rodrigues** (Santa Casa de Misericórdia de Maceió), **Maria do Socorro Santa Maria** (Rede Feminina)**, Clementina Correia Pereira** (CMP), **Wellington Diniz Machado** (ARCAL), **Valdice Gomes da Silva** (ANAJÔ**), Maria Cristina Nascimento da Silva** (INSTITUTO JAREDE VIANA), **Harrison David Maia (**SINTESTAL**), Charlles Peterson Andrade de Omena** (CREFITO**), Josileide Carvalho dos Santos** (CRP/15**), Edeildo Alves de Moura** (SINDCONAM/AL**), Marilda Pereira Yamashiro Tani (**MS/NÚCLEO/AL**), Jesse Layra da Silva Oliveira (**AAPPE**), Jordeval Soares Morais (**AAAHD**), Cicero Cassiano da Silva Júnior** (FAAPIAL**)** e dos **Conselheiros Suplentes (FORMATO ONLINE): Givanildo de Lima- Gygy (**FAMECAL**), Claudia Edite Coelho Romeiro (**ADEFAL**), Julia Maria Fernandes Tenório Levino (**SESAU**), Maria Augusta Machado Marinho** (APOSTE). **Contou ainda com os Técnicos da Secretaria Executiva presencial:** Maria de Fátima Leite Carnaúba Freire, Simone Stella Gabriel Barros, Maria Denilda Silva de Almeida Pereira **Assessoria de Comunicação (FORMATO PRESENCIAL)**: Elza Simões do Amaral e Chrystian Fabiano de Souza Silva; **Assessoria Jurídica (FORMATO ON-LINE)**: Joaquim Milton Pinto Almeida e Edna dos Santos, , e a **Equip**e **Administrativa (presencial):** Thâmara Moura Santos e John Carlos Muniz da Silva. A reunião teve apenas um ponto de pauta: ITEM 1 - **APRESENTAÇÃO PELO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DA SITUAÇÃO ATUAL DO COVID-19 EM ALAGOAS (AÇÕES DESENVOLVIDAS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS FINANCEIROS/ BALANÇO DOS 150 DIAS DE ENFRENTAMENTO À COVID-19**. O **Presidente** do CES/AL, Conselheiro **José Francisco de Lima**, iniciou a reunião às quatorze horas e trinta minutos dando as boas-vindas aos conselheiros e conselheiras. Em seguida leu a pauta e passou a fala para o primeiro secretário, Conselheiro Cícero Sampaio, para que ele lesse o expediente do dia. **I-SUBSTITUIÇÃO DE CONSELHEIRO PELA ENTIDADE: -** Mário Jorge Jucá assumirá a titularidade em substituição à Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti, representante da Universidade Federal de Alagoas/UFAL. **II- JUSTIFICATIVA DE FALTAS DOS CONSELHEIROS:** - Paulo Luiz Teixeira- titular- segmento gestor, Alice Gomes Athayde- Titular- segmento usuário. **IV- CONVIDADOS:** - Claudio Alexandre Ayres da Costa -Secretário de Estado da Saúde de Alagoas; José Medeiros dos Santos - Superintendente de Planejamento da Sesau, Bruno Pimentel e Ronilda Costa- técnicos de Planejamento da Sesau. Retomando a palavra o **Presidente** do CES/AL, falou que a Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas – SESAU estava presente na reunião, representada pelo Secretário de Saúde Cláudio Alexandre Ayres da Costa. Que o Conselho Estadual de Saúde de Alagoas – CES/AL iria tomar conhecimento oficialmente através da SESAU, o que havia sido feito pelo Estado de Alagoas no combate ao COVID-19. Que a Mesa Diretora se sentia muito feliz com a presença da SESAU na reunião. Passou então a palavra para o Secretário **Alexandre Ayres**, que iniciou falando que infelizmente os superintendentes e secretários, não puderam acompanhá-lo, pois estavam com várias questões extraordinárias e preferiu deixar seus auxiliares enfrentando essa missão. Falou que o Hospital Geral do Estado – HEG estava muito cheio. Que estavam trabalhando para abrir o hospital da zona da mata no começo de outubro e isso demandava grandes desafios. Prometeu que na próxima reunião no mês de outubro, ele poderia fazer um debate mais amplo com mais servidores da SESAU. Tinha interesse de trabalhar em parceria e com transparência, ouvindo as sugestões e críticas dos (as) Conselheiros (as), que eram a representação da sociedade civil organizada dos setores, dos sindicatos, para que juntos pudessem continuar no caminho de melhorias, no que diz respeito a prestação de serviços de saúde. Ainda tinha muitas coisas para serem feitas, sabia que o caminho era longo, mas estava no caminho certo. Que ao longo dos vinte meses à frente da saúde de alagoas, houve avanços. Iria apresentar um balanço dos últimos cento e cinquenta (150) dias de enfrentamentos ao COVID-19. Um balanço muito transparente, onde será demonstrado a quantidade de recursos recebidos. Ressaltou que o mesmo material a ser apresentado estava sendo apresentado mensalmente ao Ministério Público Estadual – MPE e ao Ministério Público Federal – MPF de maneira voluntária, para que os dois órgãos de fiscalização, através de videoconferência, conhecesse os números da SESAU, assim como também, o CES/AL. Explicou que o balanço a ser apresentado era um consolidado dos últimos cinco meses de enfrentamento ao COVID-19. Que era um período muito difícil, complicado, que o Estado de Alagoas estava passando, como também, o Brasil e o mundo. Falou que ainda estávamos vivendo um momento de pandemia, mas que sem nenhuma falsa modéstia, e da sua humildade, tinha orgulho do trabalho feito em Alagoas até o momento. Tinha muito orgulho do desempenho dos profissionais de saúde. Desde o início da pandemia, tomou uma decisão junto ao Governador do Estado, José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, de que iriam enfrentar a pandemia do COVID-19, ouvindo a ciência. Ouvindo os profissionais de saúde, não só os médicos, mas os profissionais de saúde no geral. Dentro das suas possibilidades e prioridades, entendeu que não tinha como prestar serviços de saúde a população, se não houvesse a valorização dos servidores públicos da saúde. Desde o primeiro momento ele garantiu os EPI’s, para todos os profissionais da saúde, que receberam em quantidades suficientes. Aumentou os salários dos profissionais de saúde que estavam no enfrentamento do COVID-19, a saber: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas. “Antes de ser Secretário de Saúde, sou um servidor público e não entendi como justo, solicitar, determinar, convocar essas pessoas, que saíssem do seu conforto, dos braços dos seus familiares e fossem para a linha de frente, arriscando suas vidas no enfrentamento do desconhecido”. Durante todo enfrentamento, viu vários professores especialistas apresentando fórmulas mágicas. Vários “pseudos médicos”, “pseudos jornalistas”, nas redes sociais, de uma maneira geral, na sociedade, apresentando fórmulas mágicas. Mas só o profissional de saúde era quem sabia o que era um enfrentamento, por que estava lá, no dia-a-dia, arriscando sua vida, na volta para casa tinha que dormir em quarto separado do seu esposo, de sua esposa, ficar distantes dos seus filhos por causa do contágio. “Estávamos lidando com o desconhecido”! Que os responsáveis pelo bonito trabalho realizado em Alagoas, foram os três mil servidores públicos da saúde que estiveram à frente, que fizeram com que Alagoas em nenhum momento colapsasse a rede hospitalar, que não fossem para as páginas dos jornais nacionais como exemplo negativo. Como aconteceu em Pernambuco, Rio de Janeiro, Amazonas, Pará, Ceará, dentre outros estados da federação. Disse que Alagoas era o segundo menor Estado do Brasil, que tinha o menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, mas se trabalhou com organização, com planejamento ao contrário dos outros Estados, que construíram hospitais de campanha, Alagoas priorizou a abertura de dois novos hospitais, o Metropolitano e Regional do Norte e que tudo indicava que Alagoas iria ficar entre os Estados com menor número de óbitos no Brasil. “Só quem perdeu seus entes queridos é que sabe o quanto é doloroso”. Com a possibilidade de finalização desse trabalho, tinha convicção de que todos os alagoanos que precisaram de leito hospitalar, conseguiram, foram atendidos. Isso deixava-o por um lado muito satisfeito, com o sentimento do dever cumprido e por outro triste, pelas vidas perdidas. Falou que muitos dos leitos aberto, ficarão na rede. Citou a importância do leito de Unidade de Terapia Intensiva - UTI no município como Penedo, um município com setenta mil habitantes, e que a Santa Casa de Misericórdia de Penedo nunca recebeu apoio do poder público para estruturar esses leitos de UTI. No momento tinha sete funcionando, mas o objetivo era ampliar para vinte leitos nesse município, estrategicamente posicionado no baixo São Francisco. Que o legado do COVID-19 era ter tido condição de preencher os vazios hospitalares, e que agora permaneceriam com os leitos para quando o cidadão precisar, tenha acesso facilitado a rede hospitalar. Em seguida passou a apresentar a prestação de contas dos recursos. Iniciou falando que a apresentação estava de posse do Conselho para que todos pudessem ter acesso. Pediu que os Conselheiros analisassem os números apresentados, se fosse necessário, poderia ser feito uma nova “roda de conversa” para dirimir as dúvidas. Falou que o Estado tinha recebido mais de cento e sessenta e seis milhões de reais (receita da fonte estadual e federal); foram empenhados mais de cento e cinquenta e cinco milhões, fontes (estadual e federal). Ressaltou que dentro da receita e do empenho, tinha a folha de pagamento de mais de três mil funcionários, finalização e montagem de todos os hospitais da rede COVID-19, tinha os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), que foram mais de um milhão de unidades distribuídas para todas as unidades hospitalares, (luvas, máscaras, álcool em gel, toucas, óculos, aventais e sapatilhas). Ressaltou que apesar da Maternidade Escola Santa Mônica pertencer a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), não poderia deixá-la desassistida tendo sido repassado, no mês de abril, material para trinta dias. Relatou que no mês de março, começaram a realização dos testes do COVID-19 no Laboratório Central de Alagoas (LACEN/AL). As coletas eram realizadas em Maceió e encaminhadas para a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Também em março, o Lacen foi estruturado e os profissionais fizeram capacitação e o Ministério da Saúde (MS) enviou insumos necessários e os testes passaram a ser realizados em Maceió. Nos últimos cinco meses foram realizados dezoito mil, oitocentos e vinte e quatro teste de PCR. Os testes rápidos foram em sua maioria, entregues pelo Ministério da Saúde. Dos cento e quarenta e oito mil testes, cento e trinta e oito mil, foram distribuídos com os cento e dois municípios de alagoas. Ficaram em estoque dez mil testes. Afirmou que contou desde o início da pandemia com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Alagoas (COSEMS/AL). Com relação aos medicamentos, foram distribuídos um milhão de unidades, entre os municípios e unidades hospitalares nos últimos meses. Disse que a distribuição dos medicamentos, foi uma ação das mais importantes no enfrentamento do COVID-19. "Se em dois mil e quinze, o governador Renan Filho não tivesse a ousadia de construir os hospitais, nesse enfrentamento teríamos visto um desfile de caixões saindo do HGE". "Teríamos visto pessoas morrendo na porta do hospital, sem poder entrar, por ele ter sido a única porta durante muitos anos". O Hospital da Mulher, o primeiro entregue, salvou muitas vidas. Foram cem leitos disponíveis exclusivamente para o COVID-19. Cinquenta leitos de UTI e cinquenta leitos clínicos durante todo esse período. Maceió tinha uma baixa cobertura de atenção básica, só havia quatro Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Falou ainda que a cultura do cidadão alagoano era ir direto para o HGE. Em abril foi inaugurado a Central de Triagem do Serviço Social da Industria (SESI), unidade aberta vinte e quatro horas, com profissionais se reversando, isso evitou que os pacientes fossem para o HGE. Nesse período também foi inaugurado a unidade do Benedito Bentes, onde foram atendidas dezoito mil pessoas e realizado quinze mil, novecentos e noventa e nove testes. Na unidade de Arapiraca, foram atendidas vinte e um mil, quinhentos e quinze pessoas. Essas Centrais possibilitaram que os alagoanos tivessem o primeiro atendimento, evitando que eles dividissem os espaços com outros hospitais. Citou um dado que não estava na apresentação, que foi a abertura de Centrais de Triagens semelhantes às de Maceió, em oitenta e quatro municípios. Falou que se não tivesse estruturado as redes de enfrentamento ao COVID-19, os hospitais teriam ficado superlotados. Hum mil, trezentos e vinte e seis leitos foram abertos até o dia vinte e oito de julho, destes, duzentos e oitenta e um de UTI, exclusivo para o enfrentamento do COVID-19. Que os cento e oitenta leitos de UTI já existente, ficaram para pacientes com outras patologias. No Hospital Metropolitano de Maceió, trinta leitos de UTI, Hospital da Mulher, cinquenta leitos de UTI adulto e cinco para criança; Hospital Regional do Norte, dez leitos de UTI; Hospital Daniel Houly em Arapiraca, vinte e sete leitos de UTI, Hospital IB Gatto , vinte leitos clínicos; HGE só leitos intermediários. O Hospital Escola Helvio Auto (HEHA), devido a estrutura, estava finalizando uma licitação, para ampliação dos leitos de UTI, de sete para dez e de toda a enfermaria para pacientes com tuberculose. No HEHA, somente pacientes portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), que haviam sido contaminados pelo COVID-19, eram atendidos. Citou também, os vinte leitos de UTI contratualizados no Hospital Vereda. Todo o estado teve cobertura dos leitos, foram atendidos toda a primeira e segunda Macros. Em Maceió, foi disponibilizado setecentos e oitenta e sete leitos para o COVID-19, sendo, cento e setenta de UTI, quinhentos e oitenta clínicos e trinta e sete intermediário. Que o Hospital da Mulher, até o mês de agosto, havia internado um mil e duzentos e dois pacientes, o Hospital Metropolitano internou seiscentos e vinte e nove pacientes, o Hospital Veredas, quinhentos e oitenta e seis, o Hospital do Agreste, quinhentos e sessenta e seis. Foram internados sete mil e vinte pacientes com COVID-19 em Alagoas, num intervalo de cento e cinquenta dias. A SESAU também garantiu o abastecimento de alguns hospitais privados. Foi criado um programa de saúde mental, “alô saúde mental”, com psicólogos de plantão, que já atendeu um mil, trezentos e oitenta e seis pessoas. Esse programa iria continuar depois da pandemia. Outro programa foi o “alô saúde”, com uma linha direta com os médicos para atendimento online. Terminada a apresentação, o **Presidente do CES/AL**, pediu a Secretária Executiva, Fátima Carnaúba que verificasse o quórum. Ela fez a leitura das pessoas que estavam participando da reunião, num total de vinte e quatro Conselheiros (as), presentes e virtual. Esclareceu que não havia falado o nome da representante do Sindicato dos Odontólogos, por que o ofício com a substituição ainda não havia sido enviado ao Conselho pela entidade. Em seguida passou a palavra aos conselheiros inscritos pelo chat, pedindo ao Conselheiro **Messias Mendonça** que fizesse suas colocações. O Conselheiro parabenizou o Secretário Alexandre, pela apresentação e disse que tinha algumas dúvidas a respeito da Central de Triagem do SESI, se tudo tinha sido doação e com que os empresários tinham contribuído? Pediu informação sobre as superlotações e os recursos que o município de Maceió recebeu e não fez nada. Que o Estado ficou sobrecarregado. Comentou que todos os municípios tinham recebidos recursos e não haviam liberados para as suas bases, ficando só com o apoio do Estado. Na opinião dele, deveria haver uma investigação total nesses municípios. Pediu ao Secretário Alexandre, que ele fizesse uma visita ao HDT e verificasse o estado precário da cozinha. Falou também que sentiu muito a falta do CES/AL no momento da pandemia. O Conselheiro **Givanildo (Gygy)** perguntou onde estava os dez mil testes que haviam sobrado, quantas centrais de triagens foram montadas, por que os recursos recebidos pelos municípios não foram utilizados e se os sete mil e vinte eram pacientes do COVID-19. Pediu que o Secretário Alexandre repetisse o total do recurso repassado para Alagoas. O Conselheiro **Cícero Vieira**, agradeceu a Deus e ao Estado de Alagoas, na pessoa da equipe da SESAU, pelo enfrentamento da pandemia. Parabenizou ao SUS, que mostrou a Alagoas, ao Brasil e ao Mundo, que mesmo sendo tratado de forma discriminatória pela imprensa nacional, como “porcaria”, mostrou porque foi implantado. Cabia aos (as) Conselheiros (as), se unirem para defender esse Sistema. Era notório como o governo de alagoas junto com a equipe de saúde e iniciativa privada, enfrentaram a pandemia. Que de acordo com a fala do Secretário todos os novos leitos iriam ser integrado a rede SUS, mesmo depois da pandemia, para ficar disponíveis aos alagoanos. Falou que o material apresentado iria para apreciação da Comissão de Orçamento e Programação e depois, em uma reunião ordinária ou extraordinária do CES, o que fosse necessário mudar ou acrescentar, seria feito para a melhoria do serviço. Parabenizou toda a população de Alagoas, independente de cor, raça e condição financeira. Falou que o CES/AL estava trabalhando para o aprimoramento da situação, independente de quem fosse o Secretário e o Governador. Finalizou parabenizando mais uma vez o Secretário Alexandre e a equipe de saúde pela forma como estavam enfrentando a pandemia. O Secretário **Alexandre Ayres** respondeu os questionamentos feitos pelos Conselheiros. Falou que em relação a Central de Triagem do SESI, recebeu doações. A Braskem ajudou na montagem e na estrutura, e o governo com a contratação dos recursos humanos e custeio mensal de toda essa estrutura. Ressaltou que a Braskem foi um parceiro muito importante nesse processo. Quanto aos recursos recebidos pelos municípios, não tinha como responder, pois os mesmos tinham autonomia. O que foi transferido para os municípios foi demonstrado de forma transparente. Sugeriu que o Conselho solicitasse do COSEMS um relatório de quanto os municípios receberam. Com relação ao hospital Helvio Auto, iria providenciar uma visita logo após o fluxo do COVID-19 diminuir. Que iria fazer um levantamento para ver como poderia melhorar a estrutura. Os dez mil testes que sobraram estavam sendo distribuídos de acordo com a necessidade dos hospitais e dos municípios. Foram aberta três centrais de triagens, duas em Maceió, no SESI e outra no Benedito Bentes e uma em Arapiraca, custeada pelo governo estadual. Ressaltou a importância do trabalho dos municípios que estruturaram oitenta e quatro centrais para atendimento. Agradeceu as palavras do Conselheiro Cícero e falou que o SUS deu uma grande demonstração de funcionalidade, não só aqui, em Alagoas, como no Brasil, o que precisava era melhorar o seu funcionamento para que os recursos pudessem chegar de maneira organizada e transparente. Informou que tinha apresentado esse material na Assembleia Legislativa e um deputado falou que os recursos repassados pelo governo federal tinha sido muito mais. Ele respondeu ao deputado que só poderia informar sobre os recursos que vieram do Fundo Nacional de Saúde. O que veio para o tesouro estadual como compensação de perda do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), teria que ser questionado à Secretaria Estadual da Fazenda. Falou que os equipamentos recebidos, alguns iriam enviar para o hospital de União dos Palmares, que será inaugurado em outubro. Se comprometeu enviar para o CES/AL a relação detalhada dos equipamentos adquiridos. O **Presidente do CES/AL** **Francisco Lima** pediu que fosse também informado ao Conselho onde foram alocados esses equipamentos. A **Secretária Executiva Fátima Carnaúba** pediu que também fosse informado qual a contrapartida do Estado aos Municípios. A Conselheira **Josileide Carvalho** falou que a pandemia foi uma verdadeira guerra, onde o SUS mostrou a sua importância. Que apesar do Conselho não estar com a mesa diretora composta no início da pandemia, a SESAU, na pessoa do Secretário Alexandre, deu suporte para que os (as) Conselheiros (as), Francisco Mata, Lourivalda Lima, Francisco Renê e ela Josileide, acompanhados pelos motoristas do Ces pudessem fazer as visitas e fiscalizações. A Secretária Fátima Carnaúba, também se fez presente para fazer os encaminhamentos das visitas. Falou que tiveram também o apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT). Apesar da Comissão do CES ter sido só constituída por trabalhadores, nas visitas viram também a situação dos usuários. Graças a Deus nenhum Conselheiro foi infectado. Alguns relatórios foram encaminhados e outros estão sendo concluídos, para apresentar ao pleno do Ces os problemas encontrados. Afirmou que o CES não estava totalmente fechado. " Tivemos apoio e fizemos o que era possível diante da situação de guerra". “A vida é agora, antes e depois do COVID-19” Pediu ao Secretário Alexandre Ayres mais atenção à saúde mental, que era importante o Alô Saúde Mental, o atendimento em rede, mas as pessoas precisavam do atendimento presencial. Enfatizou que o Hospital Portugal Ramalho e o HGE precisam ser organizados, pois apresentam uma série de problemas., E olhasse também para o Hospital Metropolitano, principalmente com relação a saúde mental dentro do hospital. Falou que já havia pedido um ponto de pauta no Conselho, sobre a saúde mental. Pediu ao Secretário a atenção para a saúde mental no pós-pandemia, pois tinha essa coisa da estruturação da rede, de profissionais e medicação. Muita gente iria precisar de medicação. Falou que no município de Maceió faltava medicação para a saúde mental. O Estado tinha que ver isso tudo e dar apoio ao Portugal Ramalho, HGE e as unidades de saúde mental e ver como o Metropolitano iria ajudar nessa pós-pandemia. O Conselheiro **Francisco Mata** falou que também fez parte da Comissão de Conselheiros (as) que visitou as unidades que estava dando assistência aos pacientes com o COVID-19. Que o trabalho realizado estava registrado em relatório. Solicitou a mesa diretora que fizesse um novo agendamento para apresentação dos relatórios das visitas. Disse que o relatório de orçamento e financiamento apresentado pela SESAU, era fundamental. Seria importante também, que o orçamento tivesse passado pelo plano de contingência, no mês de março. Falou que houve uma apresentação do plano de contingência virtual, mas, poucas pessoas participaram. O Município de Maceió realizou uma plenária para apresentar o plano de contingência. Que a participação presencial era muito diferente da virtual. A Plenária ajudou bastante a encontrar as dificuldades que o Município tinha. Falou que na triagem do Trapiche observou problemas na acessibilidade dos usuários. Encontrou usuários assintomáticos, sentados nas calçadas, aguardando o acesso a área de acomodação. Que o mínimo humanidade foi previsto para recepcionar os usuários. A triagem em si foi bem montada. Tinham que ficar atentos a logística, porque o setor privado participou da triagem. Logo no primeiro relatório elaborado, a SESAU providenciou as tendas com as cadeiras para recepcionar o pessoal. Houve um intercâmbio entre a comissão de fiscalização e a SESAU, tomando as providências. Relatou um caso que aconteceu na Central de Triagem do Trapiche, em que uma usuária teria sido atendida, mas não tinha medicação na farmácia e ela foi encaminhada para uma UPA, onde recebeu a medicação. Ao fazerem a visita à UPA Galba Novais outra usuária não foi atendida porque na unidade não tinha EPIs, e ela voltou para casa, o caso se agravou, foi levada para o Hospital da Mulher onde entrou em óbito. Ressaltou a necessidade de ter um fluxo de distribuição para ela ser encaminhada para outra unidade. Falou de um caso que saiu na imprensa, onde o paciente deu entrada na UPA do Jacintinho e ficou faltando a Central de Regulação distribuir o leito para ele, o paciente entrou em óbito. Perguntou qual era o controle para os hospitais privados, pois tinha visto que a Santa Casa sofreu intervenção do MP. Estava havendo omissão de leitos? Visitou a UPA São Vicente em Palmeira dos Índios, onde tinha onze leitos. Ficou sabendo que um paciente de Taquarana ficou nessa UPA por três dias e depois foi levado para Arapiraca, onde entrou em óbito. Questionou porque o paciente não foi distribuído para o São Vicente, se lá havia onze leitos. Falou que havia uma sobrecarga dos profissionais do SAMU em Arapiraca, pois estavam recebendo ambulâncias da primeira Macro de Saúde, com isso, alguns equipamentos foram reutilizados. Três profissionais que fizeram a denúncia foram afastados, eles tinham quinze anos de serviço. A Conselheira **Valdice Gomes** falou que os números do boletim epidemiológico do COVID-19 chamaram sua atenção. Quando fez o recorte da raça e cor, setenta e três por cento dos óbitos, eram de pessoas negras, enquanto a população branca ficou em torno de onze por cento. Nos casos confirmados, a população negra apresentava setenta por cento dos casos. Isso para ela não era novidade, pois em todos os indicadores e principalmente no da saúde, eles eram os piores na população negra. Quando o Estado mostrava números positivos de pessoas curadas, tínhamos que pensar no contingente dessas pessoas que não morreram, mas vão enfrentar sequelas graves e as consequências eram muitas. Os números apresentados e os do MS, mostram que a população negra são maioria entre todos os casos, então gostaria de saber se os números de Alagoas, em algum momento, os Gestores da Saúde, tinham voltado sua atenção para a política de saúde integral da população negra. Essa política existia no núcleo do ministério da saúde e que a maioria dos estados não cumpria, e Alagoas era um deles. Não se dava prioridade, não se valorizava essa política. Ela era subvalorizada na hora de se pensar um Plano Estadual de Saúde. Que após uma discussão e intervenção do CES/AL, foi criado um Comitê de Saúde da População Negra dentro da SESAU, mas infelizmente não estava funcionando. Disse que gostaria de contribuir para que essa política fosse implementada e como a SESAU estava conduzindo-a. Respondendo pela ordem de inscritos o Secretário **Alexandre Ayres** disse a Conselheira Josileide que iria ampliar o trabalho da saúde mental, que isso era uma prioridade, mas não no âmbito do hospital metropolitano, pois quando a pandemia acabasse, o hospital seria “majoritariamente” para cirurgias. Afirmou que estava sendo estruturada uma rede para o fortalecimento da saúde mental. Ao Conselheiro Francisco Mata respondeu que ficou satisfeito com o respeito e a fala da maioria dos (as)Conselheiros (as) e da sociedade, no que dizia respeito ao reconhecimento do trabalho. Sabia que nunca iria agradar a todos e percebeu que o Conselheiro Francisco só pontuou os defeitos. Lembrou que estávamos vivendo uma pandemia, que o trabalho foi realizado de domingo a domingo para que o processo fosse organizado. Vários Secretários de Saúde Estaduais foram presos, outros afastados, muito problemas em vários estados. Aqui em Alagoas, teve muito cuidado para fazer um trabalho com transparência, com diálogo aberto com o próprio Conselho e órgãos públicos de controle, para que não viesse a ter problemas. Nesse período não tinha como discutir o orçamento, pois não sabia o que o governo federal iria encaminhar. Que os estados não foram consultados pelo Governo Federal sobre a distribuição de recursos. Cada Estado tomou suas providências, idealizou seus planos de contingências e foi para o enfrentamento, depois foi que o MS enviou uma parte dos recursos, mandou respiradores. Reconhecia o trabalho do governo federal, mais gostaria de deixar claro, que enquanto Estado, todos os bônus e ônus foram assumidos desde o início. Informou que deu apoio aos municípios alagoanos e recebeu apoio do governo federal. Tudo isso inviabilizou as discussões de orçamento prévio, para onde os recursos seria implementado. Nessa guerra, não poderia deixar de priorizar o salvamento de vidas. Com relação a discussão do plano presencial, não poderia ter sido feita por causa do isolamento social. Que todas as reuniões que participou foram realizadas virtualmente. Quanto aos problemas identificados no SESI, com o auxílio do CES/AL, foram solicitados tendas para sanar o problema. Reconheceu que não teve condição para fazer tudo, e algumas situações fugiram do controle. Concordou que houve desabastecimento de medicamento, mais não foi só em Alagoas, foi no Brasil inteiro. Desconhecia a informação de que estava faltando EPIs na UPA do Tabuleiro. Todo o trabalho foi realizado com folga de máscaras, adquiridas, outras doadas pelo MS e pessoas jurídicas. Esclareceu que o primeiro óbito não ocorreu na UPA do Tabuleiro, mas na do Trapiche. O paciente ficou lá por quarenta e oito horas, houve tentativa para ele ser transferido. A UPA tinha toda estrutura para o tratamento. Estávamos no início da pandemia, os profissionais de saúde assustados, as pessoas negando a doença por causa a da rejeição social e infelizmente o paciente veio a óbito. Foi um momento muito difícil para a SESAU. A partir disso tiveram vários resultados positivos. Não foi fácil lidar com três mil profissionais da saúde. “Entre erros e acertos, o saldo foi positivo.” Em relação a Central de Regulação de Leitos, não foi verdade que o MP determinou que a Santa Casa de Misericórdia liberasse os leitos, muito pelo contrário, desde o início da pandemia ela disponibilizou os leitos. Tivemos em alguns momentos dificuldades por causa da superlotação nos hospitais. Não era o momento para apontar culpados ou adversários, era o momento, onde cada um poderia dizer como iria contribuir para salvar vidas. Foi o que foi feito! Com relação ao que a Conselheira Valdice falou, ele respondeu que tinha muito respeito pelos negros e reconhecia a importância da necessidade da valorização de uma melhor estrutura para atendimento dessa população. Que os números que ela havia citado, eram de Alagoas, mas que se repetia por todo o Brasil. Era um problema nacional, e ele como gestor estadual, considerava que grande parte desse problema era social, que a raça negra precisava ser mais valorizada, ser atendida de maneira correta. Com o fortalecimento da atenção básica, ampliação dos leitos públicos hospitalares para que as pessoas independentes de raça tivessem acesso a rede hospitalar, esse era o objetivo, mas a alta incidência de pessoas negras contaminadas, era decorrente de um problema social. A secretária **Fátima Carnaúba** pediu para que os Conselheiros fossem mais objetivos em suas falas e respeitassem o tempo de três minutos para falar. O assessor de comunicação **Chrystian Fabiano** informou que estava enviando o link de frequência da reunião para quem estivesse participando online. O Conselheiro **Edeildo Alves** pediu ao Secretário Alexandre Ayres que olhasse mais para o CES/AL, em questão de estrutura, de equipamentos, pois estávamos tendo dificuldades em fazer as reuniões online e que as reuniões virtuais estão sendo possíveis porque os equipamentos eram de uso pessoal da equipe técnica. Disse que observou que a parte da apresentação dos recursos tinha ficado em aberto, no que se referia a distribuição. Perguntou que serviços foram contratados. Relatou que devido a pandemia o SAMU ficou sobrecarregado por causa dos atendimentos, e foi necessário a contratação de ambulâncias. A parte dos gastos ficou “vago”. Lamentou a não participação do CES/AL no gabinete de crise, pois os conselheiros poderiam ter contribuído muito. O Conselheiro **Cícero Vieira** falou que o paciente era o SUS e que deviam defendê-lo, pois ele mostrou a que veio. Que a pandemia foi uma questão nova, ninguém esperava, que a Braskem deveria ter custeado tudo, pois ela ficou bilionária em Alagoas. Que estava dizimando duas mil famílias dos bairros onde extraiu todo material. Todos dependiam do SUS. Num momento desse, onde todos estão sofrendo, deveriam dar as mãos, fazendo uma corrente positiva, para continuar defendendo o SUS com dentes de leoa. O Conselheiro **Messias Mendonça** falou que estava sendo difícil o Comitê de saúde voltado para a população LGBT na SESAU, convidou o Secretário Alexandre e o presidente do CES/AL para participarem da reunião do Comitê. Disse que no Hospital da Mulher e no Hospital Universitário havia uma sala para triagem de hormônio, mas a porta de entrada para as pessoas trans era o Hospital da Mulher. A Conselheira **Marilda** **Pereira** falou que no início da pandemia foi muito difícil para todos os níveis de gestão. O MS em Alagoas demandou muitas atribuições que antes não existia antes da pandemia, e uma delas, foi relacionada a limitação dos leitos disponíveis no estado. Parabenizou o Estado de Alagoas e os municípios pela transparência. Falou que alguns estados e municípios não estavam solicitando uma quantidade coerente de leitos e por causa disso, os técnicos do MS estavam temerosos em habilitar esses leitos. Em Alagoas não foi necessário fazer essas visitas. Pediu autorização ao MS para passar o formulário para o grupo de visitas do Ces, onde foi passado o “checklist”. Alagoas ficou isenta porque foi consolidado que as quantidades solicitadas eram coerentes com a quantidade da população, ao contrário de outros Estados, que passaram grande dificuldades por ter solicitado quantidades exorbitantes. Em seguida, o Secretário **Alexandre Ayres** esclareceu que não foi colocado o detalhamento dos gastos na apresentação, para não ficar muito extensa, mas tinha os números de todos os processos. Foi comprado ambulâncias, e os atestados médicos foram garantidos. Participou de uma reunião no Ministério do Trabalho, junto com os sindicatos e informou que os salários dos servidores afastados por causa do COVID-19 estavam garantidos e os dos profissionais que fossem contratados para não deixar carências nas escalas. Inclusive havia custeado os profissionais da Santa Mônica, mesmo sabendo que não era da rede. Pediu ao Conselheiro Edeildo Alves que aguardasse, pois iria mandar para o CES/AL o que foi alterado nos valores dos salários dos servidores da saúde, tanto os precarizados, como os efetivos. Inclusive os da SAMU que haviam recebido gratificações por estar à frente do COVID-19. Afirmou que não foi dado gratificação para os profissionais que não estavam a frente do COVID-19. Com relação ao gabinete de crise, onde a ausência do CES/AL foi questionada, reconheceu que foi uma falha dele como gestor estadual, mas informou tudo com transparência ao Conselho. Se comprometeu com o Conselheiro Messias que iria participar, junto com o Presidente do CES/AL, da reunião do Comitê de Saúde e discutir de que maneira poderia fortalecer o atendimento a essa população. Informou que o Hospital da Mulher e o HU faziam atendimentos a população Trans, mas no momento estava suspensa por causa do COVID-19, mas providências a respeito estavam sendo tomadas. Agradeceu a Conselheira Marilda Pereira pela parceria do MS e todos os profissionais que trabalhavam em Alagoas e em Brasília. Falou que não teve dificuldades quanto as habilitações e nem o recebimento dos recursos que ajudaram muito no enfrentamento do COVID-19. O Conselheiro **Francisco Mata** perguntou qual tinha sido o critério usado na distribuição e pagamento da remuneração da gratificação do COVID-19 pela SESAU. O **Secretário Alexandre** respondeu que o critério era está na linha de frente do COVID-19, que inclusive os profissionais do HGE também receberam, pois, atenderam muitos pacientes com COVID-19. O Conselheiro **Edeildo Alves** perguntou se já havia uma data para a segunda parcela da gratificação e pediu mais atenção para os funcionários do SAMU que apresentavam sequelas do coronavirus. O Secretário **Alexandre** Ayres respondeu que não era só os do SAMU, mas todos de uma maneira geral que ficaram com sequelas, era obrigação da rede de saúde municipal e estadual dar toda a atenção. Como não tinha mais conselheiros inscritos, agradeceu ao Conselho pelo convite e disse que sabia que não iria resolver todos os problemas da saúde, mas estava caminhando com muita firmeza, para continuar avançando, levando saúde para quem mais precisasse. Falou que iria fazer um grande evento com o CES/AL e os municípios para apresentar o planejamento, onde deixaria de maneira clara, as linhas de cuidados para os pacientes com doenças crônicas. O Presidente **Francisco Lima** falou que o Conselho se sentia contemplado com apresentação do Secretário, que isso, era o início das conversas. Que os (as) conselheiros (as) se sentiam mais fortalecidos em ter um gestor trocando ideias, isso era importante para o SUS e para a mesa diretora do CES/AL. A parceria era a relação de cuidado com as coisas. Que essa nova Mesa Diretora estava conectada com todos (as), reunindo-se semanalmente e havia ampliada as discussões com os Coordenadores e Relatores das Comissões Permanentes. Informou que a apresentação seria disponibilizada para todos (as) Conselheiros (as), bem como para as Comissões especificas (Orçamento e Programação e Ação a Saúde). Agradeceu a todos (as) pela presença, lembrou que no dia trinta de setembro haveria outra reunião extraordinária, cuja pauta seria apresentação do Parecer da Comissão de Orçamento e Programação sobre o Relatório de Gestão de dois mil e dezessete (Rag 2017). O Conselheiro e vice presidente **Manoel Eduardo** parabenizou os (as) Conselheiros (as), pois nos quarenta e quatro dias da nova Mesa Diretora, conseguiu trazer o Secretário Alexandre para que ele com transparência e lisura apresentasse todos os dados sobre o que havia sido feito nesse período de pandemia do COVID-19. Logo após a fala do vice-presidente o Secretário **Alexandre Ayres** assumiu o compromisso com o Conselho, de que, até o final de sua gestão, ele iria estruturar uma sede definitiva para o CES/AL. Com isso, o Conselho não ficaria na dependência de alguns gestores que passariam pela SESAU. O Conselho tinha sua independência e ela começaria pela sua sede própria para dar condições de trabalho digna e suficiente aos seus funcionários na realização de suas atividades. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e trinta e oito minutos, e para constar eu, Edna Silva dos Santos, Assessora Técnica do CES/AL, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada deverá ser assinada pelos conselheiros presentes. Maceió, dezessete de setembro de dois mil e vinte.

**Francisco Ricardo Correia Mata** (CUT),

**Manoel Eduardo Oliveira** (FAMECAL),

**Mauricio Sarmento da Silva (**SINDAS/AL),

**Vera Lúcia Elias Rodrigues** (Santa Casa de Misericórdia de Maceió),

**Maria do Socorro Santa Maria** (Rede Feminina)**,**

**Clementina Correia Pereira** (CMP),

**Valdice Gomes da Silva** (ANAJÔ**),**

**Maria Cristina da Silva** (JAREDE VIANA),

**Messias da Silva Mendonça** (GRUPO GAY),

**Harisson David Maia (**SINTESTAL**),**

**Charlles Peterson, Rildo Bezerra** (CREFITO**),**

**Josileide Carvalho dos Santos** (CRP/15**),**

**Edeildo Alves de Moura** (SINDCONAM/AL**),**

**Marilda Pereira Yamashiro Tani (**MS/NÚCLEO/AL**),**

**Cícero Vieira Sampaio (**Instituto Alvorada**),**

**Jesse Layra da Silva Oliveira (**AAPPE**),**

**Wellington Diniz Machado (**ARCAL**),**

**José Francisco de Lima (**SEESSE**),**

**Jordeval Soares Morais (**AAAHD**),**

**Cicero Cassiano da Silva Júnior** (FAAPIAL**),**

**Givanildo de Lima (GYGY) (**FAMECAL**),**

**Claudia Edite Coelho Romeiro (**ADEFAL**),**

**Maria Augusta Machado Marinho** (APOSTE),

**Julia Maria Fernandes Tenório Levino (**SESAU**),**